

# Seu lar, meu refúgio: sobre o que ser um refugiado no Brasil

HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY <sup>1</sup>

RENATA ANDERSON <sup>2</sup>

FLÁVIO VELLASQUEZ <sup>1</sup>

FERNANDO FILARDI <sup>3,4</sup>

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EBAPE) / ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

<sup>2</sup> HEALTH IN HARMONY, PORTLAND – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

<sup>3</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS (IBMEC), RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

<sup>4</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO), RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

## Resumo

O objetivo deste estudo foi revelar como os refugiados, residentes no Brasil, percebem a macrodinâmica da sociedade local e como suas respostas a eles variam de acordo com seus diferentes perfis psicodemográficos. Entrevistamos 24 refugiados de diferentes países, sexo, idade, raças e pele. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à Análise Crítica do Discurso; resultando em três categorias *a priori*: práticas sociais, discursivas e textuais. Descobrimos que as práticas sociais diferem em termos de seus países de origem, sexo, raça e cor da pele. A análise de seus discursos revelou três lugares e papéis diferentes: herói, vítima ou falso. Por fim, a análise textual indicou a escolha de palavras que subverteram o discurso hegemônico dos refugiados, revelando resistência ao local em que os refugiados são relegados na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Refugiados. Gênero. Práticas sociais. Práticas discursivas. Práticas textuais.

## *Your home, my refuge: being a refugee in Brazil*

### Abstract

The objective of this study was to reveal how refugees who live in Brazil perceive the macro-dynamics of the local society and how their response to them varies in accordance with their different psycho demographic profiles. We interviewed 24 refugees from different countries, genders, ages, and races. The interviews were taped, transcribed, and subjected to critical discourse analysis, resulting in three *a priori* categories: social, discursive, and textual practices. We found out that social practices did differ in terms of their countries of origin, gender, and race. The analysis of their discourses revealed three different places and roles: hero, victim, or faker. Finally, the textual analysis indicated the choice of words that subverted the hegemonic discourse of refugees, revealing resistance to the place refugees are relegated to in Brazilian society.

**Keywords:** Refugees. Gender. Social practices. Discursive practices. Textual practices.

## *Tu hogar, mi refugio: qué es ser un refugiado en Brasil*

### Resumen

El objetivo de este estudio fue revelar cómo los refugiados, residentes en Brasil, perciben la macrodinámica de la sociedad local y cómo sus respuestas varían de acuerdo con sus diferentes perfiles psicodemográficos. Hemos entrevistado a 24 refugiados de diferentes países, género, edades, razas y etnias. Las entrevistas, grabadas, transcritas y sometidas a análisis crítico del discurso, dieron como resultado tres categorías *a priori*: prácticas sociales, discursivas y textuales. Descubrimos que las prácticas sociales diferían de acuerdo con sus países de origen, género, raza y color de la piel. El análisis de sus discursos reveló tres lugares y roles diferentes: héroe, víctima o falso. Finalmente, el análisis textual reveló la elección de palabras que subvirtieron el discurso hegemónico de los refugiados, sugiriendo resistencia al lugar al que los refugiados son relegados en la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** Refugiados. Género. Práticas sociales. Práticas discursivas. Práticas textuales.

Artigo submetido em 12 de fevereiro de 2020 e aceito para publicação em 20 de outubro de 2020.

[Versão traduzida]

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200040>

## INTRODUÇÃO

---

Os refugiados são um grupo específico dentro das migrações internacionais. Ao contrário de simples migrantes, exilados ou (internamente) pessoas deslocadas, que o fazem devido a desastres naturais e ecológicos (Black, 2001), são indivíduos obrigados a abandonar seus país de origem em decorrência de guerras, regimes étnicos, religiosos, políticos, repressivos e outras situações de violência e violação dos direitos humanos (Oliveira, 2017). A rigor, estes indivíduos cruzam fronteiras em busca da proteção de outro Estado, com o objetivo principal de salvaguardar suas vidas e liberdades. Isso é tudo que eles têm em comum.

Eles não compõem um grupo homogêneo, pois diferem em gênero, idade, tez, local de origem e orientação sexual. De fato, possuem culturas diferentes, falam um idioma que na maioria das vezes não é adotado no país anfitrião. Além disso, nem todos têm o visto de residência permanente, ou o reconhecimento do *status* de refugiado, por isso, são obrigados a viver com visto de residência temporária, o que não lhes permite trabalhar (Gabriel, 2003).

Os refugiados são traumáticamente deslocados de sua terra natal, onde estão familiarizados com os contextos físicos, econômicos, sociais, políticos, legais e culturais (Dykstra-DeVette & Canary, 2019). De uma hora para outra, em um ambiente estranho, eles precisam reinventar suas identidades sociais e encontrar novos significados para suas vidas (Nguyen, 2012), tendo de lidar com perdas dolorosas e dificuldades físicas e emocionais (Hardy & Phillips, 1999). Além disso, devem aprender a como responder à macrodinâmica da sociedade dominante para a qual foram realocados (Hamid, 2019).

No Brasil, como os refugiados, de diferentes perfis psicodemográficos, percebem essas dinâmicas e como respondem a elas? Essa é a nossa questão de pesquisa.

A relevância deste estudo reside no fato de que, embora a crise dos refugiados na Europa já tenha sido amplamente documentada (Spiegel, Checchi, Colombo & Paik, 2010; Turner, 2019), ainda persevera uma lacuna na literatura sobre a mesma crise em outros países, como o Brasil (Alawa & Parmida, 2019; Silva, 2019), onde o número de refugiados decuplicou nos últimos cinco anos (Comitê Nacional para Refugiados [CONARE], 2019).

Ademais, a maioria dos estudos anteriores concentrou-se no aumento dos casos de xenofobia (Dotti, 2020), intensificação dos discursos de ódio (Lepoutre, 2017), bem como na eleição de partidos de direita (Öztürk & Pickel, 2019). Todavia estes trabalhos sempre trataram os refugiados como um grupo homogêneo; por isso, Rizkalla e Segal (2019) sugeriram que mais investigações seriam necessárias sobre a diversidade do grupo.

Com o objetivo de preencher esta lacuna, desenvolvemos esta pesquisa empírica, em que entrevistamos refugiados de diferentes países, gêneros e idades, que vivem aqui no Brasil.

Este artigo está estruturado em cinco seções além desta introdução. Na próxima, revisitamos a literatura sobre a estruturação da sociedade brasileira e as estratégias individuais para o enfrentamento das adversidades. Na terceira, apresentamos o percurso metodológico. Posteriormente, detalhamos os resultados da nossa pesquisa, os quais são discutidos na quinta e última seção.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

---

### Brasil, um país para todos: o mito fundador da sociedade brasileira

O mito fundador da sociedade brasileira, ensinado nas escolas, propagado pela mídia e aceito como senso comum, é de que o país foi descoberto pelos portugueses, e que estes, ao chegar aqui em caravelas, encontraram um paraíso habitado por índios. No contato receptivo, inicia-se uma troca entre a riqueza brasileira (especiarias, madeira) e os objetos europeus (espelhos, pentes, facas). Além disso, eles usam mão de obra indígena para trazer africanos para o trabalho. Com o interesse dos europeus em possuir a terra, muitos começaram a chegar ao Brasil com suas famílias, animais, roupas, livros, costumes, sua forma de pensar e fazer as coisas (Chauí, 2000).

Nessa fantasia, o Brasil é definido como uma terra abençoada, um paraíso redescoberto, com um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofre; um país sem preconceitos, que ignora a discriminação de raça e credo, com o objetivo de se autodenominar uma “democracia racial” (Franco & Prado, 2011).

Ao longo da história, a prática da miscigenação foi vista como um padrão que fortalece a raça e cria o perfil de um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar (Barretto, 2004). No país, existem vastas colônias de portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, libaneses, chineses, poloneses, ucranianos, suíços, holandeses, finlandeses e até de americanos que fugiram da guerra civil no século XIX (Camargo, 2003).

Como nos cartões postais que trazem estampado o Cristo Redentor, o Brasil acolhe a todos de braços abertos, só quem não trabalha não melhora de vida e só quem não trabalha não progride, não havendo, portanto, discriminação de classe, raça ou cor da pele, mas, sim, um repúdio à vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; trata-se de um “país de contrastes” regionais (Camargo, 2006), plural econômica e culturalmente. O brasileiro tem orgulho de ser definido como um “homem cordial” (Ribeiro, 2010), cujos tratamento, hospitalidade e generosidade são características reconhecidas por todos os estrangeiros que visitam o país.

Nesse caso, teriam os refugiados a mesma experiência? Quais são suas estratégias para se adaptar ao país anfitrião?

## Marco teórico

### *Estratégias individuais*

Os indivíduos, como as organizações, não são entidades separadas do ambiente; pelo contrário, estão unidos e ligados no processo de uma constituição mútua (Giddens & Sutton, 1989). Dessa perspectiva, os indivíduos estão inseridos em um sistema de relações estruturado por atividades padronizadas e articuladas, que expressam normas e regras sociais (Tsui-Auch, 2005). A seguir, estabelece-se uma arena social (Ernst & Jensen, 2019), impregnada pelo meio ambiente (Granovetter, 1985), retirando dele e transmitindo, em interação recíproca, normas e padrões de comportamento que constituem modos adequados de ação.

Neste estudo, esses modos de ação são as estratégias que os refugiados adotam para sobreviver no país de acolhimento, o que abrange viver em uma comunidade fechada, misturar-se com brasileiros e tentar se passar por um deles ou mesmo confrontar e reforçar suas identidades nacionais (usar roupas típicas, por exemplo). Quando essas estratégias são bem sucedidas, ocorre mimetismo, ou seja, são copiadas por outros indivíduos (Alvesson & Robertson, 2016).

No entanto, não estamos sugerido aqui que a elaboração de estratégias de sobrevivência seja um processo exclusivamente racional, concebido por um *homo economicus* (Husted, 2007), imbuído de onisciência racional e, com isso, capaz de lidar com o mundo real de um ponto de vista objetivo e enfrentar toda a sua complexidade.

Este estudo baseia-se na crença de que o comportamento individual é modelado por padrões criados e compartilhados na interação, mas incorporados em forma de normas e regras objetivas, cristalizadas na sociedade como concepções legitimadas sobre a forma mais eficaz de funcionamento das organizações (Ernst & Jensen, 2019). Ou seja, o refugiado é um ator social, um indivíduo que assume uma identidade e cujas características são construídas socialmente de acordo com as expectativas de grupos externos sobre quem ele é e como deve enfrentar as situações.

## Imigrantes e refugiados na sociedade brasileira

O *status* negativo, historicamente associado a imigração e refúgio (Sayad, 1998), é um fator gerador de discriminação. Embora o sofrimento e a dor sejam inerentes a todos os seres humanos, a decisão de emigrar ou refugiar-se ainda é uma questão predominantemente masculina (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2015). Na verdade, as mulheres migram menos do que os homens por motivos de trabalho e mais por causa de laços familiares (geralmente, em relação a um homem) do que por motivos autônomos (Moreira, 2018).

Portanto, ao estudar refugiados e imigrantes, é fundamental que a questão de gênero seja abordada, visto que as experiências tendem a ser consideravelmente diferentes. A questão de gênero para mulheres imigrantes e refugiadas perpassa os papéis de gênero em seu país de origem e no país de acolhimento (Medeiros-da-Silva, Auoar, Pereira-da-Silva & Modesto-da-Silveira, 2020).

Na análise das diferenças entre homens e mulheres, é importante distinguir duas categorias distintas: sexo biológico e o próprio gênero. O primeiro inclui apenas a parte fisiológica do corpo humano, que foi determinada no nascimento e não foi capaz de mudar por procedimentos naturais; o último inclui características estabelecidas pela sociedade como um *constructo*.

Embora os estudos revelem que não há relação automática entre sexo biológico e as prerrogativas de gênero (Andrijasevic & Rhodes, 2019), a tentativa de justificar traços masculinos e femininos de acordo com critérios naturais reforçou a desigualdade de gênero, resultando em muitas consequências disruptivas, principalmente em termos de relações sociais e divisão sexual do trabalho.

Bourdieu (1977) define gênero como *habitus* sexuado. Entendendo esse conceito sociológico como a forma de pensar e agir de um grupo de indivíduos que compartilham um capital cultural semelhante. O autor percebe, assim como os demais tipos de *habitus*, que o gênero é imposto por agentes sociais como o trabalho, a família e escola, uma vez que o conjunto de características que definem o masculino e o feminino são socialmente construídos. Desse modo, como um *habitus*, não é possível que um indivíduo mude facilmente de um tipo de *habitus* para outro sem retaliação da sociedade. Isso explicaria, então, por que uma mulher mais masculina ou um homem feminino podem ser bastante discriminados onde vivem.

O gênero tem sido construído basicamente na função reprodutiva das mulheres, resultando em uma divisão de trabalho distinta em relação aos homens, os provedores. Bourdieu (2007) argumenta que os homens têm sido associados ao espaço público e aos seguintes traços de personalidade: agressividade, competição, racionalidade, independência e força; enquanto as mulheres têm sido relacionadas ao lar e, historicamente, descritas como atenciosas, cooperativas, emocionais, dependentes e frágeis. Assim, os atributos desejados pela força de trabalho – e valorizados pelo mercado –, como agressividade, competição e racionalidade, são masculinos (Kimmel, 1994), o que é uma desvantagem *per se* para as mulheres.

Essa perspectiva sexista prevalece na maior parte da América Latina, incluindo o Brasil (Olivius, 2016). Desse modo, assim como as cidadãs locais, que enfrentam barreiras invisíveis à entrada e ascensão no mercado de trabalho (Hryniewicz & Vianna, 2018), as mulheres imigrantes e refugiadas não compartilham as mesmas oportunidades e privilégios que seus pares homens (Pereira & Abreu, 2016), devido à construção patriarcal da sociedade em questão (Knappert, Kornau & Figengül, 2018).

De fato, no Brasil, o mercado de trabalho tende a ser mais acessível para um refugiado do que para uma refugiada (Cheung & Phillimore, 2017; Pereira & Oliveira, 2017). As mulheres têm sido relegadas a empregos informais, como o comércio informal de alimentos (geralmente de seus países de origem), roupas ou artesanato (Mountian, Gomes & Carvalho, 2020).

No que diz respeito à formação de uma rede de contatos e cooperação no âmbito da migração, verifica-se também um importante cruzamento relacionado com o gênero. Estudos anteriores sugerem que os homens imigrantes e refugiados têm uma socialização mais fácil e, conseqüentemente, criam uma rede que pode facilitar o acesso à educação e ao trabalho (Versiani & Carvalho, 2018). Já as mulheres, embora tenham acesso à educação e formação, têm acesso limitado ao mercado de trabalho formal no Brasil devido à dinâmica econômica do país (Miltersteiner, 2018), ao teto de vidro (Santos, Tanure & Carvalho, 2014), ou mesmo à restrição da liberdade de circulação por medo de ser vítima de violência urbana ou ataque xenófobo (Villen, 2015).

Na verdade, há evidências de que essas mulheres estrangeiras tendem a ser mais assediadas moral e sexualmente do que suas contrapartes brasileiras, pois os homens locais acreditam que não conseguirão vocalizar as agressões por medo da sociedade desconhecida, por não conhecerem seus direitos, por não serem fluentes na língua portuguesa, nem dominarem os códigos culturais do país de acolhimento, o que tornaria mais fácil aos agressores desqualificarem as reclamações que fizessem (Tedesco, 2010).

## PERCURSO METODOLÓGICO

---

Este estudo seguiu as premissas ontológicas da pós-modernidade crítica, que analisa a sociedade de uma perspectiva não patriarcal, ou seja, o foco da discussão mudou para outras dimensões, como a da democracia e da multiplicidade, com base na premissa de que existem múltiplas vozes vivendo em múltiplas realidades (Boje, 1991).

Partimos do pressuposto de que a compreensão dos significados das ações sociais deve valer-se da perspectiva dos próprios sujeitos e não levar em conta a do pesquisador.

A fim de coletar os dados para esta pesquisa, mobilizamos um grande grupo de partes interessadas: ONGs, Igreja Católica, MSF, organizações intermediárias, sociedades civis, bem como comunidades de refugiados e em busca de asilo.

Consideramos o primeiro desses grupos como os principais beneficiários do projeto e identificamos uma série de critérios de inclusão. Assim, temos como primeiro critério: ser refugiado, candidato a asilo ou migrante sem documentos com idade entre 15 e 60 anos. Como segundo critério, os entrevistados deveriam morar no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Utilizando a técnica da bola de neve, entrevistamos 24 sujeitos, cujos perfis são apresentados no Quadro 1.

**Quadro 1**  
**Perfil dos entrevistados**

Entrevistado	Gênero	Idade	Raça/Cor da pele	País de origem	Status de residência no Brasil
Alpha	F	28	Branca	Colômbia	Legal
Beta	M	30	Mestiço/ moreno	Argentina	Legal
Charlie	F	29	Mestiço/ Andino	Colômbia	Illegal
Delta	F	38	Negra	Colômbia	Legal
Echo	F	40	Branca	Colômbia	Legal
Fox	F	29	Negra	Angola	Legal
Golf	F	27	Negra	República Democrática do Congo	Illegal
Hotel	M	32	Negra	República Democrática do Congo	Illegal
India	M	31	Branca	Síria	Legal
Kilo	F	26	Negra	Moçambique	Illegal
Lima	M	38	Branca	Síria	Legal
Mike	F	34	Negra	Gâmbia	Legal
November	F	33	Negra	Guiné Bissau	Illegal
Oscar	M	28	Branca	Venezuela	Legal
Papa	F	31	Branca	Síria	Illegal
Quebec	M	29	Negra	Venezuela	Legal
Romeo	F	33	Branca	Palestina	Legal
Sierra	M	37	Negra	Venezuela	Illegal
Tango	M	27	Negra	Venezuela	Illegal
Uniform	M	26	Branca	Síria	Illegal
Victor	M	26	Mestiço/ Andino	Bolívia	Legal
Whisky	F	33	Mestiço/ Andino	Bolívia	Legal
Yankee	M	28	Negra	Haiti	Legal
Zulu	F	26	Negra	Haiti	Legal

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os entrevistados foram, *a priori*, informados sobre o objetivo da pesquisa e a garantia do anonimato e do sigilo de seus relatos. As entrevistas propriamente ditas foram estruturadas em duas partes: a) coleta dos dados categóricos dos entrevistados (sexo, idade, país de origem) e b) uma conversa sobre suas trajetórias de vida (Cavedon & Ferraz, 2003). Eles só foram considerados válidos quando o consentimento informado foi dado e quando a entrevista gravada correspondia às anotações que havíamos feito.

As entrevistas foram transcritas e submetidas à ACD (Fairclough, 2008), paradigma estabelecido na linguística (Wodak, 2004), que adota uma dimensão crítica sobre a linguagem, considerada determinante para a transformação social e para a compreensão do modo social e as práticas ideológicas são produzidas, reproduzidas e naturalizadas.

A premissa básica da ACD é de que o discurso tem poder constitutivo, pois forja conhecimentos, valores e paradigmas, além de ser um pilar na construção das relações sociais e identidades. Dessa ótica, discurso e narrativas são produzidos e reproduzidos em um processo circular, no qual as práticas sociais são um fator estruturante na construção dos textos; enquanto estes, por sua vez, influenciam a sociedade, moldando a visão de quem os lê ou consome (Fairclough, 2008).

Dessa forma, criticar é “tornar visível a interconexão das coisas” (Fairclough, 1995, p. 36), adotar uma posição política explícita e focar na autorreflexão (Wodak, 2004). Com efeito, o discurso “[...] é mais do que o uso da linguagem: é o uso da linguagem, falada ou escrita, vista como uma forma de prática social”. Dessa forma, não se limita a uma simples ferramenta de comunicação; a rigor, é uma prática social e, por essa razão, o discurso e as estruturas sociais mantêm relações de influência complexas.

## RESULTADOS DA PESQUISA

Os estrangeiros residentes no Brasil são classificados em cinco categorias: visitantes, residentes legais (temporários ou permanentes), solicitantes de refúgio (aos quais é concedido visto temporário), refugiados e estrangeiros ilegais. Apesar do *status* de residência, todos têm direito a utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), o que significa consultas e cirurgias gratuitas. Esses benefícios foram o principal fator de decisão para Charlie e Whisky escolherem o Brasil, apesar da barreira do idioma.

Neste trabalho, enfocamos os refugiados, tanto os que vivem no país de forma legal quanto ilegal, que atualmente somam 1,2 milhão de pessoas (CONARE, 2019). São oriundos, em sua maioria, da Venezuela (27%), Síria (23%), do Haiti (14%), República Democrática do Congo (9%), Colômbia (7%), dentre outros. Em termos de gênero, 72% são homens e 28%, mulheres. A maioria tem entre 25 e 45 anos (27,8% dos homens e 14,64% das mulheres) (CONARE, 2019). Essas pessoas também diferem em raça, pele, religião e origens sociais.

As categorias emergentes dos discursos foram interpretadas e agrupadas em três grandes dimensões, conforme proposto por Fairclough (1989): o social, o discursivo e as práticas textuais.

### Os refugiados e as práticas sociais: o feijão e o sonho

Nesse primeiro grupo, focalizamos o papel do contexto social e histórico como regulador do processo de produção, circulação e recepção dos discursos. Analisar a dimensão das práticas sociais é essencial; afinal, elas estão inseridas em estruturas sociais materiais concretas, influenciando diretamente na constituição discursiva da sociedade, uma vez que esta “[...] não emana de um jogo livre de ideias na cabeça das pessoas” (Fairclough, 2008, p. 93).

As práticas sociais dos discursos dos refugiados centralizavam-se no conflito entre “o feijão e o sonho”. Utilizamos aqui como metáfora um romance escrito por Orígenes Lessa sobre Campos Lara, que mora em uma pequena cidade rural com sua esposa Maria Rosa e seus filhos e trabalha como professora. Campos Lara é poeta e tende a esquecer questões de ordem prática em favor de seus devaneios intelectuais. Enquanto ele se sente isolado, vivendo em um lugar esquecido, sem ninguém com quem discutir seus pensamentos, sua esposa luta para impedir que a casa desmorone e os filhos morram de fome.

Os refugiados vieram ao Brasil, atraídos pelo sonho de uma terra abençoada, um paraíso redescoberto, com um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofre; um país sem preconceitos, que ignora a discriminação de raça e credo, com o objetivo de se autodenominar uma “democracia racial” (Chauí, 2000; Franco & Prado, 2011). Chegando aqui, são desafiados por outra realidade (o feijão): de um povo com hospitalidade seletiva e de um país onde a xenofobia e o racismo não são raros.

Por exemplo, Papa e Uniform, que moram no Brasil há três anos, mas ainda estão em processo de legalização, ganham a vida vendendo comida árabe e doces nas ruas de Copacabana. Sua barraca foi atacada por um grupo de apoio a Bolsonaro, que lhes disse para “voltarem para a cova de onde vieram”. Uniform era chamado de “terrorista”, enquanto Papa, um “esquisito”, vestido como Mancha Negra (The Phantom Blot, em inglês).

Esta entrevista, quando comparada com as demais, evidencia o surgimento de um “Novo Brasil”, associado à eleição de um presidente ultraconservador (Jair Bolsonaro) em 2018. Essa nova arena social, configurada por um discurso xenófobo, agora mais aceito socialmente, foi apontada na maioria das entrevistas. Boa parte dos refugiados afirmou que já foi orientada a voltar para casa.

Por exemplo, Sierra e Tango nos contaram a experiência que viveram no Natal passado, na saída do metrô de Copacabana, onde vendem quinquilharias. Foram confrontados por duas brasileiras negras que moravam em uma favela próxima e também vendiam no mesmo local; ficaram indignadas com o fato de aqueles “estrangeiros negros” estarem competindo com elas. É claro que não existe solidariedade de classe nem de raça. Embora essas mulheres sejam discriminadas por gênero, classe social e tez na sociedade brasileira, elas reproduziam o mesmo discurso, expressando xenofobia.

No caso de Delta, que também testemunhou ataques xenófobos, houve a elaboração de uma estratégia de sobrevivência racional (Husted, 2007). Também sofreu preconceito por conta da cor da pele (negra), o que a surpreendeu, pois, como afirmou: “Nunca esperei que o Brasil fosse tão racista, porque vende uma imagem de um paraíso tropical, onde a miscigenação teve sucesso”. Reforça, assim, os estudos anteriores (Barretto, 2004; Chauí, 2000; Ribeiro, 2010) sobre a construção social da identidade nacional.

Ao conviver e observar outros negros no Brasil, pôde reconhecer uma estratégia de sobrevivência bem-sucedida (Alvesson & Robertson, 2016): imitá-los. Explicou que uma vez “havia um grupo de venezuelanos vendendo artesanato na praia e sofreram severas represálias da polícia e das pessoas que passavam (brasileiros), incluindo discurso de ódio. Como sou negro, passei despercebido, fingindo ser brasileiro”. A seleção lexical “fingindo ser brasileiro” denota como Delta, como ator social, ao passar por uma situação crítica, assume uma identidade cujas características são socialmente construídas de acordo com as expectativas do principal grupo externo (Ernst & Jensen, 2019).

As práticas sociais que regulamentaram a produção dos discursos dos entrevistados não mostraram qualquer distinção quanto ao seu *status* – legal ou ilegal – no país de acolhimento, mas diferiam em termos de país de origem, gênero, raça e tez.

Quem veio de países da América do Sul e de língua portuguesa na África esperava ter um processo de adaptação à sociedade brasileira mais tranquilo. Beta, por exemplo, explicou que estava ciente da rivalidade no futebol, mas sabia que os brasileiros sempre se referiam aos argentinos como “*hermanos*” (irmãos). Os que vieram da Colômbia (Alpha, Charlie, Delta, Echo), Venezuela (Oscar, Sierra e Tango) e Bolívia (Victor e Whisky) sabiam que enfrentariam problemas com o idioma, porque quem fala português consegue entender espanhol, mas não o contrário, apesar da semelhança. Já os que vieram de Angola (Fox), Moçambique (Kilo) e Guiné Bissau (novembro) estavam confiantes de que se comunicariam facilmente com os brasileiros.

Todos esses entrevistados julgaram ser oriundos de sociedades semelhantes (culturalmente) e que não seria um problema decifrar as pequenas diferenças que encontrariam, até porque esperavam contar com a “simpatia” e “hospitalidade” dos seus hóspedes.

Charlie, mãe solteira de uma menina de um ano, afirmou explicitamente que “[...] nunca esperou sofrer nenhum preconceito no Brasil, nem por ser ambulante, nem por ser colombiana ou mulher”. Percebeu, no entanto, que a vida não seria tão fácil, ao ser parada por uma assistente social na cidade de São Paulo, que queria levar o bebê sob custódia. Charlie, muito tenso e com lágrimas nos olhos, disse que a assistente social (nissei ou sansei – de origem japonesa) era claramente autoritária. Afirmou várias vezes que gente como Charlie vinha ao Brasil apenas para usar o social do país e serviços de saúde, sem dar nada em troca, trabalhavam poluindo as ruas e usando crianças para atrair clientes por piedade. Ela (a assistente social), portanto, tinha de se certificar de que o bebê não estava sendo maltratado.

O discurso da assistente social foi construído sobre qual prática social? Xenofobia? Racismo, uma vez que Charlie tem feições andinas? Discriminação contra trabalhadores informais?

A seleção lexical “pessoas como você” sugere fortemente racismo, visto que, de acordo com Charlie, ela “sentiu” discriminação contra sua aparência; e xenofobia, porque percebeu o rancor na voz da assistente social ao proferir: “vinha ao Brasil apenas para usar os serviços sociais e de saúde do país”.

Índia e Lima denunciaram práticas de islamofobia, por terem sido atacadas em virtude de sua religião e tratadas como “terroristas”. Seus agressores eram mulheres, vestidas com trajes evangélicos, que aos gritos falavam não haver lugar para elas aqui, “um país que pertenceu a Jesus Cristo, o Salvador”.

Zulu, apesar de haitiana, ouviu que precisava voltar para a África, porque “já há muitos negros no Brasil”. Embora a palavra negro não tenha o mesmo significado agressivo e pejorativo do inglês – aliás, os movimentos negros usam o “negro” como forma de enfatizar seu orgulho –, a seleção lexical “já são muitos” infere uma afirmação racista.

Delta, Kilo e Quebec têm alguns amigos negros brasileiros e acham que o racismo é mais forte do que a xenofobia, pois seus congêneres nativos compartilham a mesma perspectiva de serem discriminados por causa da tez da pele, o que ainda é fonte de estigma social na sociedade brasileira (Camargo, 2006). Oscar, por exemplo, afirmou que “por ser branco, pode se passar por um bom brasileiro”. As seleções lexicais “branca” e “boa” revelam como a tez da pele está associada ao *status* social na sociedade de acolhimento.

No entanto, o gênero desempenha um papel fundamental na dimensão da prática social desses discursos violentos e de ódio. Embora os refugiados do sexo masculino também sejam alvo de agressão, tendem a ser menos diretamente confrontados e fisicamente ameaçados do que as mulheres, que se sentem mais frágeis e geralmente ouvem ofensas e ameaças sexuais.

De fato, Sierra e Tango, que entraram no Brasil pela fronteira norte de Roraima, disseram-nos que as mulheres e as transgêneros que estavam em seu grupo eram mais intimidadas pela polícia da fronteira brasileira, que exigia favores sexuais para facilitar sua entrada no país. Enquanto morassem em Boa Vista, capital de Roraima, ainda com visto temporário e sem acesso a recursos públicos, eles (o homem) realizariam pequenos serviços; ao passo que as mulheres e transgêneros eram às vezes forçadas à prostituição (pela polícia) e as crianças eram oferecidas para serem compradas ou usadas em trabalho doméstico barato.

É importante destacar que, no Brasil, mesmo as famílias de classe média têm empregadas domésticas e empregadas domésticas, que costumam trabalhar na informalidade; ou seja, sem o documento denominado “Carteira de Trabalho”, garantia aos trabalhadores de férias remuneradas de um mês ao ano, 13<sup>º</sup> salário, aposentadoria após 25 anos de serviço (mulheres) e também de bônus de 30% no mês de férias.

No entanto, há cerca de 5 anos, o governo aprovou uma lei que exigia que os empregados domésticos fossem documentados, aumentando os custos de se empregar um. Os imigrantes sem documentos passaram a ser um substituto para estes trabalhadores formais; especialmente as mulheres, que devem limpar, cozinhar, ser babá e trabalhar 12 horas por dia, 6 dias por semana, sem nenhum dos direitos legais que os trabalhadores têm documentado. Tango ainda relatou ter ouvido falar de mulheres cujos passaportes estavam em poder dos patrões.

Mulheres de diferentes países, idades e tipos de pele denunciaram que foram discriminadas com base no gênero. Várias vezes foram questionadas sobre terem um marido ou pai que seria o responsável por elas.

Sexismo, xenofobia e racismo, embora historicamente intrínsecos à sociedade brasileira (Chauí, 2000), foram denunciados pelos refugiados. Como essas práticas sociais se refletem nas práticas discursivas? (Fairclough, 2008).

## Refugiados e as práticas discursivas: o sentido para além das palavras

Por meio da prática discursiva, visa-se explicar a dinâmica dos processos da prática social, em particular os contextos institucionais. No limite, sua análise busca desvelar como se dá a regulação intertextual e interdiscursiva, bem como a constituição de discursos e narrativas em circunstâncias comunicativas específicas (Fairclough, 2008).

Essa análise permite avaliar o papel do remetente, pois, ao ignorar o jogo mais amplo (Fairclough, 1992), a saber, a arena econômica, social, política e histórica em que está inserido, e da qual inevitavelmente – ainda que involuntariamente – participa, pode (re)produzir um discurso, colaborando para a institucionalização, reprodução e naturalização das relações de poder (geralmente assimétricas) (Fairclough, 1995).

Neste estudo, a questão que concerne à prática discursiva é: em que lugar social os refugiados se percebem no país de acolhimento?

A análise dos seus discursos revelou três diferentes lugares e papéis: herói, vítima ou fingidor.

Heróis em virtude de alguns deles se orgulharem de sua trajetória, da forma como saíram de seus países de origem (atravessando a selva, clandestinos em navios) e até mesmo por enfrentar as adversidades do Brasil e ainda conseguir enviar dinheiro para suas famílias em seus países de origem. Uniform, por exemplo, contou-nos como sua família fala sobre ele na Síria e que ele é sua única esperança de sair da zona de guerra e trazê-los para um porto seguro.

Outros se veem como vítimas de um sistema econômico ou regime político injusto no seu país de origem. Por exemplo, Golf, Hotel, Papa e Tango acusaram os Estados Unidos e os colonos europeus de explorarem sua terra natal e provocarem uma guerra civil que os obrigou a fugir. Assim, eles se sentiram “presos em uma trama em que não podiam fazer nada, mas sofrer”.

Morar no Brasil não mudou a maneira como eles se veem. Em muitos discursos, relataram que se sentiram traídos por uma promessa falsa. Yankee e Zulu disseram-nos que os operativos da força brasileira que controlavam o Haiti afirmavam que o Brasil era um país muito hospitaleiro e próspero, que os haitianos teriam uma vida muito melhor se migrassem; além disso, seria fácil conseguir um visto permanente.

De fato, esses interlocutores entenderam que o Brasil era um país rico e poderoso, que havia invadido e “anexado” o Haiti; portanto, seu ponto de vista é o de que: “temos o direito de nos mudar para a metrópole como cidadão, com todos os direitos e benefícios”. No entanto, a vida de refugiado não tem sido fácil: depois de anos ainda vivendo com visto de trabalho temporário, o governo não possui uma política específica para ajudar na adaptação ou mesmo no aprendizado do idioma.

Por exemplo, Yankee e Zulu explicaram que fugiram do Haiti em um barco para a Guatemala e tiveram de empreender uma caminhada pela América Central e do Sul para entrar no Brasil pela fronteira ocidental do Acre (um estado muito pobre na Amazônia), onde viveram por dois anos. Zulu disse que se sentia “uma mocinha da novela sem final feliz”. Essa seleção lexical refere-se à típica protagonista feminina de uma novela latino-americana, que costuma sofrer ao longo da história até encontrar um final feliz; mas Zulu não espera ter um (“sem final feliz”). “A vida não é uma novela”, disse ela.

Ao longo das entrevistas, percebemos que as mulheres tendem a ser mais românticas nas narrativas, apesar de serem mais pessimistas do que seus homólogos masculinos. Os homens escolhem palavras para demonstrar o quão fortes são e valorizam sua masculinidade; não obstante, suas expressões faciais transmitissem desespero e angústia.

Por fim, alguns interlocutores percebem seu lugar social como farsantes em razão de terem de se passar por algo ou alguém que não são. Delta foi um deles, por ter usado o ser negro como estratégia de sobrevivência (Husted, 2007).

Romeo, por exemplo, tem esse sentimento. Mentiu sobre sua formação acadêmica para não ser visto como superqualificado ao se candidatar a um emprego. Romeo é médico e, embora residente legal, não pode exercer sua profissão, pois seu diploma ainda não foi reconhecido no Brasil, o que pode levar anos devido à burocracia. Ele já trabalhou como faz-tudo e, em seu perfil no LinkedIn, omite sua qualificação profissional. Romeo disse que se sentiu mal com isso: “Sinto que estou mentindo para todos e não é isso que Alá exige de nós”.

Gênero, raça e tez não pareceram relevantes na construção das práticas discursivas. Os lugares sociais dos refugiados são uma mistura de prazer e dor; orgulho e vergonha; esperança e desespero. Como essas práticas discursivas são refletidas nas práticas textuais (Fairclough, 2008)?

## Refugiados e as práticas textuais: escolhendo as palavras para expressar meus sentimentos

Por fim, existe ainda a prática textual, que corresponde à dimensão linguística e textual do discurso em si (Fairclough, 2008).

O objetivo da análise dessa prática não é apenas descrever o sistema linguístico abstrato – la langue (Saussure) –, nem as propriedades lexicais, sintáticas e textuais de uma produção discursiva (Fairclough, 1992).

No limite, nesta dimensão, buscamos expor até que ponto as seleções lexicais, as construções sintáticas, o uso de mecanismos coesos, a distribuição dos deslocamentos da fala, bem como a mobilização de determinados argumentos facilitam a reprodução (ou subversão) dos discursos hegemônicos e a naturalização de certas ideologias e práticas, que, de forma mimética, promovem a manutenção e o fortalecimento das relações de poder (Fairclough, 1995).

Na ACD de Fairclough (2008), a análise da dimensão textual realizada com base na linguística sistêmico-funcional de Halliday enfoca os seguintes aspectos do texto: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual macro (Halliday, 1985).

Com efeito, ao longo das entrevistas, nossos interlocutores utilizaram palavras que subverteram o discurso hegemônico dos refugiados, revelando resistência ao lugar a que foram relegados na sociedade brasileira. Entendemos a resistência como um fenômeno social que é reificado em ações de conformidade, confronto, rebelião, retaliação e até resiliência. No entanto, essas ações não são necessariamente mutuamente exclusivas quando vistas de uma perspectiva ontológica, em que as relações subalternas são negligenciadas, negadas e silenciadas (Alvesson & Robertson, 2016).

As escolhas de palavras para expressar a resistência – em suas múltiplas perspectivas – sugeriram muito mais que uma simples reação ou resposta às ações, agressões físicas e verbais que sofreram nossos interlocutores. Era uma resposta a uma ação e uma nova ação, com curso próprio e possibilidade de afetar a ação de outrem (Husted, 2007).

No entanto, a resistência não precisa ser ativa e violenta. Ao contrário, as formas não violentas e passivas de resistência são, em geral, mais eficazes porque a violência tende a minar as forças de resistência (Ernst & Jensen, 2019), sendo estas a estratégia de sobrevivência mais comum adotada pelas mulheres, em oposição a homens. Papa, por exemplo, menciona que ainda é uma mulher muçulmana, não concorda com muitos hábitos e comportamentos culturais e sociais brasileiros, mas finge que sim, porque “fingir que está tudo bem e não mudar o nosso interior é a coisa mais inteligente para fazer”.

A análise das palavras que os nossos interlocutores escolheram tornou visível o invisível; ou seja, os traços psicodemográficos influenciam suas percepções, narrativas, a maneira como expressam seus sentimentos.

Reconhecemos que os mecanismos que produzem tal invisibilidade ou distorcem a visibilidade da realidade dos refugiados devem ser trazidos à luz. Isso deve necessariamente incluir as reflexões críticas das próprias pessoas ‘invisíveis’ e refletir sobre os valores e práticas da sociedade brasileira que estão escondidos sob a capa de um país que seria hospitaleiro, que acolhe a todos e não discrimina com base em gênero, raça e tez da pele.

## DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

---

Neste estudo, buscamos revelar como os refugiados que vivem no Brasil percebem a macrodinâmica da sociedade local e como sua resposta a ela varia de acordo com seus diferentes perfis psicodemográficos.

Em primeiro lugar, a desconstrução do mito do Brasil como um país hospitaleiro e uma democracia racial sob os olhos dos refugiados reforçou a evidência de que os alicerces da sociedade brasileira estão sim no modelo de família patriarcal, que estabeleceu paradigmas morais rígidos (quase) inflexíveis, de condutas que criam uma barreira a ser superada por estrangeiros, assim como códigos sociais podem ser difíceis de serem decifrados.

Esses comportamentos sociais têm regulado as relações entre os moradores e os refugiados, definindo as normas de dominação, confiando a centralização do poder nas mãos de quem domina a arena social, bem como a subordinação de quem não o faz.

As três dimensões do modelo tridimensional de Fairclough (2009), que utilizamos para analisar os dados, sugeriram que a escolha de uma determinada construção sintática (prática textual) advém da forma como os interlocutores se representam ou de uma atividade específica (discursiva prática), e também que é regulada por relações de poder e ideologias que estruturam a sociedade (prática social).

Finalmente, analisando as diferenças psicodemográficas entre os refugiados, identificamos desafios para a academia, o governo brasileiro e a sociedade.

Na academia, não devemos descurar a diferença do que pode parecer um grupo homogêneo, pois pode comprometer e prejudicar nossas pesquisas.

O governo, por sua vez, deve repensar e reconsiderar as políticas atuais para os refugiados e requerentes de asilo, em termos de agilização do visto de residência, levando em consideração suas diferentes origens para dar a condução adequada à familiarização e integração (atualmente essas peculiaridades não são levadas em conta). Deve, ainda, redesenhar os programas de saúde desse grupo para adequar o protocolo às necessidades específicas dos refugiados, principalmente em termos de gênero e das patologias que podem ter ou desenvolver em virtude de sua origem e história de vida. A sociedade brasileira, enfim, deve se conformar com suas práticas históricas e sociais, não só em relação aos refugiados, mas a todos os grupos minoritários (em capital econômico, não em números) – mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+ – para poder construir uma nação verdadeiramente democrática.

## REFERÊNCIAS

- Alawa, J., Zarei, P., & Khoshnood, K. (2019). Evaluating the provision of health services and barriers to treatment for chronic diseases among Syrian refugees in Turkey: a review of literature and stakeholder interviews. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(15), 2660.
- Alvesson, M., & Robertson, M. (2016). Organizational identity: a critique. In M. G. Pratt, M. Schultz, E. A. Blake, & D. Ravasi (Eds.), *The Oxford handbook of organizational identity*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Andrijasevic, R., Rhodes, C., & Yu, K.-H. (2019). Foreign workers: on the other side of gendered, racial, political and ethical borders. *Organization*, 26(3), 313-320.
- Barretto, M. (2004). Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Revista Turismo em análise*, 15(2), 133-149.
- Beauvoir, S. (1995). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Black, R. (2001). Fifty years of refugee studies: From theory to policy. *International migration review*, 35(1), 57-78.
- Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales Interscience*, 32(3), 405-411.
- Bourdieu, P. (2007). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.
- Camargo, L. O. L. (2003). *Os domínios da hospitalidade. Hospitalidade: cenários e oportunidades* (pp. 61-71). São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- Camargo, L. O. L. (2006). Hospitalidade sem sacrifício? O caso do receptivo turístico. *Revista hospitalidade*, 3(2), 11-28.
- Carrigan, T., Connell, B., & Lee, J. (1985). Toward a new sociology of masculinity. *Theory and society*, 14(5), 551-604.
- Chauí, M. S. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Comitê Nacional para Refugiados. (2019). *O que é refúgio*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Justiça. Recuperado de <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio>
- D'Angelo, A., & Kofman, E. (2018). From mobile workers to fellow citizens and back again? The future status of EU citizens in the UK. *Social Policy and Society*, 17(2), 331-343.
- Dotti, G. (2020). Racismo, xenofobia e migração na Itália, um país pós-católico. *The Ecumenical Review*, 72(1), 37-47.
- Dykstra-DeVette, T. A., & Canary, H. E. (2019). Crystalline empowerment: negotiating tensions in refugee resettlement. *Organization Studies*, 40(3), 323-342.
- Ernst, J., & Jensen, A. (2019, junho). Organizational identity struggles and reconstruction during organizational change: narratives as symbolic, emotional and practical glue. *Organization Studies*, 017084061985448. Recuperado de <https://doi.org/10.1177%2F0170840619854484>
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Cambridge, UK: Polity press.
- Fairclough, N. (1995). *Critical Discourse Analysis*. London, UK: Longman.
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- Foucault, M. (1984). *As palavras e as coisas: uma arqueologia as ciências humanas*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Franco, P. S., & Prado, J. (2011). *A hospitalidade e a cordialidade: reflexões sobre o Brasil*. Recuperado de [www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/A\\_hospitalidade\\_e\\_cordialidade2.pdf](http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/A_hospitalidade_e_cordialidade2.pdf)
- Gabriel, Y. (2003). Your home, my exile: boundaries and otherness' in antiquity and now. *Organization Studies*, 24(4), 619-63.
- Giddens, A., & Sutton, P. W. (1989). *Sociologia*. Cambridge, UK: Polity.
- Granovetter, M. (1985). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.
- Hamid, S. C. (2019). *(Des)integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- Hardy, C., & Phillips, N. (1999). No joking matter: discursive struggle in the Canadian refugee system. *Organization Studies*, 20(1), 1-24.
- Hryniewicz, L. G. C., & Vianna, M. A. (2018, junho). Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(3), 331-344.
- Husted, B. W. (2007). Agency, information, and the structure of moral problems in business. *Organization Studies*, 28(2), 177-195.
- Irigaray, L. (2001). *Thinking the difference: For a peaceful revolution*. Londres, UK: A&C Black.
- Kant, E. (1964). *Anthropologie du point de vue pragmatique*. Paris, France: Vrin.
- Kimmel, M. S. (1994). Homophobia, Masculinity. Fear, shame, and silence in the construction of gender identity. In H. Brod & M. Kaufman (Eds.), *Theorizing Masculinities* (pp. 213-219). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Lepoutre, M. (2017, October). Hate speech in public discourse: a pessimistic defense of counterspeech. *Social Theory and Practice*, 43(4), 851-883.
- Medeiros-da-Silva, P., Auoar, W., Pereira-Da-Silva, A., & Modesto-de-Oliveira, W. (2020). Os desafios da integração de refugiados em suas experiências de trabalho nas organizações. In *Anais do 44º Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, Curitiba, PR.
- Milstersteiner, R. K., Oliveira, F. B., Hryniewicz, L. G., Sant'Anna, A. de S., & Moura, L. C. (2020, abril). Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(2), 406-423.
- Mountian, A. G., Gomes, G., & Carvalho, L. (2020). Discriminação contra refugiados no mercado de trabalho: falha de informação e o papel das políticas públicas. In *Anais do 44º Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, Curitiba, PR.
- Nguyen, M. T. (2012). *The gift of freedom: War, debt, and other refugee passages*. Durham, Carolina do Norte: Duke University Press.

- Öztürk, C., & Pickel, G. (2019). Islamophobic right-wing populism? Empirical insights about citizen's susceptibility to islamophobia and its impact on right-wing populists' electoral success: Eastern Europe in a Comparative Perspective. *Religion & Society in Central & Eastern Europe*, 12(1) 39-62.
- Pereira, F. O., & Oliveira, J. S. A. (2017). Intersecção entre raça, gênero e imigração no mercado de trabalho: um estudo com mulheres haitianas na cidade de Maringá, Paraná. In *Anais do 6º Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, Curitiba, PR.
- Pereira, G. L., & Abreu, M. E. C. (2016). Transformando o "intruso" em "incluso": xenofobia e discriminação na acolhida de imigrantes no Brasil. In Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (Org.), *Múltiplos olhares: migração e refúgio a partir da extensão universitária*. Porto Alegre, RS: Faculdade de Direito da UFRGS.
- Pringle, R. (1988). *Secretaries talk: Sexuality, power and work*. Crows Nest, Austrália: Allen & Unwin.
- Ribeiro, D. (2010). *O povo brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia de Bolso.
- Rizkalla, N., & Segal, S. P. (2019). War can harm intimacy: consequences for refugees who escaped Syria. *Journal of Global Health*, 9(2), 1-10. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.7189%2Fjogh.09.020407>
- Santos, C. M. M., Tanure, B., & Carvalho, A. M., Neto. (2014). Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão. *Revista Administração em Diálogo*, 16(3), 56-75.
- Sayad, A. (1998). O que é um imigrante. In A. Sayad. *Imigração ou os paradoxos da alteridade* (pp. 45-72). São Paulo, SP: EDUSP.
- Silva, C. A. S. (2013). *A política brasileira para refugiados (1998-2012)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Spiegel, P. B., Checchi, F., Colombo, S., & Paik, E. (2010). Necessidades de cuidados de saúde das pessoas afetadas por conflitos: tendências futuras e estruturas em mudança. *The Lancet*, 375(9711), 341-345.
- Tedesco, J. C. (2010). O gênero na imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. In *Anais do 9º Fazendo Gênero – Diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis, SC: UFSC.
- Tsui-Auch, L. S. (2005). Unpacking regional ethnicity and the strength of ties in shaping ethnic entrepreneurship. *Organization Studies*, 26(8), 1189-1216.
- Turner, R. (2019). Migrants and refugees: improving health and well-being in a world on the move. *PLoS Med*, 16(7), e1002876. Recuperado de <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002876>
- Versiani, F., & Carvalho, A., Neto. (2018). Trabalhadores imigrantes e trabalhadores brasileiros em São Paulo: a influência recíproca entre os "desviantes" e os "normais". In *Anais do 42º Encontro da ANPAD*, Curitiba, PR.
- Villen, P. (2015). *Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e atual configuração polarizada* (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Wodak, R., & Chilton, P. (Ed.). (2004). *Uma nova agenda na análise (crítica) do discurso: teoria, metodologia e interdisciplinaridade*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

Hélio Arthur Reis Irigaray

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

Professor e Pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV EBAPE). E-mail: [helio.irigaray@fgv.br](mailto:helio.irigaray@fgv.br)

Renata Anderson

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4853-133X>

Doutora e mestre em Administração de Empresas, com foco em Gestão Socioambiental e da Saúde pela Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP), com intercâmbio do mestrado na ESADE Business School (Barcelona); Especialista pelo CEAS da FGV EAESP em Administração Hospitalar e de Sistemas de Saúde; Bacharel em Enfermagem pela PUCCAMP; Guest Editor no Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management, no special issue "Preparing the Humanitarian Supply Chain for Epidemics and Pandemics Response"; Foi professora na Northern Kentucky University; Pesquisadora na Health In Harmony. E-mail: [mrs.renataanderson@gmail.com](mailto:mrs.renataanderson@gmail.com)

Flávio Vellasquez

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3745-0104>

Mestrando em Administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV EBAPE); Professor convidado na Pós-Graduação da UNIGRANRIO. E-mail: [flavio.vellasquez@fgv.br](mailto:flavio.vellasquez@fgv.br)

Fernando Filardi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9333-0871>

Professor e Pesquisador do Mestrado em Administração do IBMEC/RJ; Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: [fernando.filardi@professores.ibmec.edu.br](mailto:fernando.filardi@professores.ibmec.edu.br)